

Déficit divide o Governo

Economia

JOSE BERNARDES
Da Editoria de Economia

Brasil

A divulgação do esboço do Plano Nacional de Desenvolvimento para os próximos quatro anos põe a nu divergências de política econômica no seio do Governo, que, contudo, podem ter sido superadas pela aprovação do documento no Palácio do Planalto.

Essas divergências estariam na questão do déficit público. A posição da Seplan, que comandou e comandará a elaboração do I PND da Nova República, transparece na parte que trata do controle do déficit. O documento assinala que é errado financiar esse desequilíbrio do setor público através de políticas monetárias exageradamente restritivas. E do domínio público que

o Banco Central, logo o Ministério da Fazenda, defendem um aperto monetário com o objetivo final de sustentar uma queda da inflação:

"Tais políticas elevam a taxa real de juros e, portanto, aumentam o custo da dívida do Governo. Aumentam o déficit. Assim, ao se evitar emissão de moeda, hoje, acaba-se por aumentar o próprio déficit, no futuro. As pressões para emissão de moeda não desaparecem; são adiadas para o futuro" — assinala o documento, que contém as grandes linhas da ação governamental no campo econômico.

O documento diz também que o déficit público é basicamente financeiro.

O Ministério da Fazenda vem falando em déficit de caixa. "O setor público não está em desequilíbrio apenas porque gasta em investimento e consome mais do que arrecada; está em desequilíbrio porque o volume arrecadado, embora suficiente para financiar suas despesas de investimento e consumo, está aquém do necessário para pagar os juros sobre as dívidas herdadas do passado".

Informa-se que o pagamento de juros ultrapassa 91 trilhões de cruzeiros, ou 20,5 por cento da receita global do setor público. Dos 91 trilhões de cruzeiros de juros, 65 por cento devem-se à dívida externa e 35 por cento à dívida interna.